



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO - SIC/DGCI

Esplanada dos Ministérios Bloco D Edifício Anexo - Térreo - Bairro Zona Cívico-Administrativa - DF, CEP 70043900
Tel: 61 32182960 - <http://www.agricultura.gov.br>

NOTA TÉCNICA Nº 1/2018/DGCI/SIC/DGCI/BINAGRI/SE/MAPA

PROCESSO Nº 21000.044375/2016-27

INTERESSADO: DIRETOR DE PROGRAMA - SE, SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO - SIC, BINAGRI, CGOF, CGTI, OUVIDORIA

NOTA TÉCNICA DADOS ABERTOS

Brasília, 22 de março de 2018

ASSUNTO: Plano de Dados Abertos Mapa 2016-2017

SUMÁRIO

1. OBJETIVO
2. PRETENSÃO
3. CONCEITO DO PLANO DE DADOS ABERTOS
4. FINALIDADE DO PLANO DE DADOS ABERTOS
5. HISTÓRICO DO PDA 2016-2017 DO MAPA
6. BASES DE DADOS DO PDA 2016-2017
7. BASE DE DADOS PUBLICADAS
7.1. THESAGRO
7.2. ZONEAMENTO AGRÍCOLA
7.3. SEGURO RURAL
8. BASE DE DADOS NÃO PUBLICADAS
8.1. PLATAFORMA DE GESTÃO AGROPECUÁRIA (PGA)
8.2. DADOS METEOROLÓGICOS
8.3. SISLEGIS

8.4. SDM-OUVIDORIA
9. RECOMENDAÇÕES
10. CONCLUSÃO

1. OBJETIVO:

Contextualizar a criação e implementação do Plano de Dados Abertos 2016- 2017, apresentando problemas encontrados ao longo do processo e recomendações para resolver tais problemas.

2. PRETENSÃO:

Justificar as bases que não foram publicadas e apresentar recomendações para a elaboração do Plano de Dados Abertos 2018-2019.

3. CONCEITO DO PLANO DE DADOS ABERTOS (PDA):

O PDA do MAPA apresenta-se como agente balizador da estratégia de tornar públicos os seus dados, ampliando a visão das bases existentes, promovendo acesso a diferentes sistemas e fomentando a gestão da informação, seja para a tomada de decisão, seja para a evolução do conhecimento social.

O PDA busca atender ao disposto no Decreto 8.777, de 11 de maio de 2016, e aos demais marcos legais aplicáveis ao tema nesse contexto, se integra à Estratégia de Governança Digital, ao planejamento estratégico institucional do MAPA, ao Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação.

4. FINALIDADE DO PLANO DE DADOS ABERTOS:

O PDA visa a orientar e organizar as ações para a implementação e promoção da abertura de dados sob sua responsabilidade, incluídos os dados geoespacializados.

O PDA considera, em toda a sua estrutura, os princípios e diretrizes dos normativos abaixo e os deles decorrentes:

- O disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que determina ao Poder Público a adoção de instrumentos de transparência na gestão fiscal em meios eletrônicos de acesso público às informações orçamentárias e prestações de contas;
- O Decreto Presidencial nº 6.666, de 27 de novembro de 2008, que instituiu a Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais – INDE e determina que o compartilhamento e disseminação dos dados geoespaciais e seus metadados é obrigatório para todos os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, salvos os protegidos por sigilo;
- O Decreto de 15 de setembro de 2011, que institui o Plano de Ação Nacional sobre Governo Aberto, o qual estabelece o compromisso do governo de implantar a Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDA);
- A Instrução Normativa nº4 de 13 de abril de 2012, que cria a INDA e estabelece conceitos referentes a: dado, informação, dado público, formato aberto, licença aberta, dados abertos e metadado;
- O Plano de Ação da INDA, que institui a necessidade dos órgãos de instituírem seus respectivos Planos de Abertura de Dados com vistas a uma Política Nacional de Dados Abertos e institui os elementos mínimos do documento, bem como orienta que a abertura de dados deve observar a relevância para o cidadão;
- A Parceria para Governo Aberto (*Open Government Partnership* – OGP), celebrada em setembro de 2011 entre o Brasil e sete outros países, que pactuou novos compromissos a partir de 2013 (2º Plano de Ação);

- A criação e entrada em vigor da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, a chamada Lei de Acesso a Informação – LAI;
- Os parâmetros estabelecidos na e-PING - arquitetura de interoperabilidade do governo eletrônico, e os vocabulários e ontologias de Governo Eletrônico e-VoG e e-MAG - Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico (instituído pela Portaria nº 03, de 07 de maio de 2007);
- Os parâmetros atuais ou que venham a ser estabelecidos no âmbito de Planejamento Estratégico Institucional ou setorial, bem como os relacionados às áreas de tecnologia da informação (PETI e PDTIC), sob orientação da Estratégia de Governança Digital – EGD;
- O Decreto nº 8.638, de 15 de janeiro de 2016, que institui a Política de Governança Digital no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;
- O Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016, que Institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal.

5.HISTÓRICO DO PDA 2016-2017 DO MAPA

Data	Acontecimento	Observações
08/01/2016	Plano de Trabalho dos ATIs (Alocação de Analistas em Tecnologia da Informação)	Dentre estratégias de governança estão: Publicar Plano de Dados Abertos, manter atualizados os dados publicados no Portal de Dados Abertos (dados.gov.br), de acordo com a periodicidade estipulada no PDA e Implementar, ao menos, 75% de Plano de Dados Abertos.
29/03/2016	Questionário dados abertos	TCU solicita o preenchimento de um formulário que esclarece sobre as ações dos órgãos em relação a abertura de dados.
29/03/2016	Departamento de Gestão Estratégica – DGE assume Dados Abertos	Foi encaminhada ao TCU a seguinte informação “Em função da publicação do Decreto, que institui a nova estrutura organizacional do Mapa, foi criado o Departamento de Gestão Estratégica – DGE. Esse departamento assumiu a condução do tema Dados Abertos. Entretanto, ressalta-se que até então o tema estava disperso e sem a estrutura devida, inclusive no que tange à governança. O DGE vem tomando as providências possíveis para o momento, definindo os projetos estratégicos, a estratégia de governança digital e os processos estruturantes afins não somente ao cumprimento da política de dados abertos, mas, também, ao Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISIP.”.
26/04/2016	Apoio do Ministério do Planejamento	O analista em TI do Ministério do Planejamento, Jefferson Rafael Silva, entra em contato com o Paulo do DGE se apresentando como colaborador para elaboração do PDA do MAPA.
11/05/2016	Decreto N° 8.777	É publicado o decreto que institui a

		Política de Dados Abertos do poder executivo federal.
02/06/2016	Oficina Plano de Dados Abertos	Foi realizado na ENAP a oficina sobre o Plano de Dados Abertos voltado para o MAPA com a participação das áreas: DGE, CGP, SDA, SPA, BINAGRI, Ouvidoria, INMET e CGTI.
13/06/2016	Reunião DGE/BINAGRI/SIC/Ouvidoria	Reunião em que foi apresentado pelo DGE o processo dos Dados Abertos no MAPA, mostrando a importância de incluir o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) no processo, participando das reuniões. Foi feita a proposta para a governança do PDA com SIC, Ouvidoria, BINAGRI, ACE, CPADS e CPAI, além da CGTI. Ficou acordado em fazer reunião com cada área, apresentando sobre Dados Abertos e verificando a possibilidade de publicar as bases de dados de cada área.
16/06/2016	Reunião DGE/BINAGRI/SIC/SPA/INMET	Apresentação sobre Dados Abertos e verificação da possibilidade de publicar bases de dados da área. Não houve representação do INMET.
22/06/2016	Reunião DGE/BINAGRI/SIC/SDA	Apresentação sobre Dados Abertos e verificação da possibilidade de publicar bases de dados da área.
24/06/2016	Reunião DGE/BINAGRI/SIC/CGTI	Apresentação sobre Dados Abertos e verificação da possibilidade de publicar bases de dados da área.
27/06/2016	Reunião DGE/BINAGRI/SIC/SRI/CGTI	Apresentação sobre Dados Abertos e verificação da possibilidade de publicar bases de dados da área.
01/07/2016	Reunião DGE/BINAGRI/SIC/CGTI/Câmaras Setoriais	Apresentação sobre Dados Abertos e verificação da possibilidade de publicar bases de dados da área.
06/07/2016	Reunião DGE/BINAGRI/SIC/ACE/CGTI	Reunião com a ACE.
12/07/2016	Reunião DGE/BINAGRI/SIC/SPA/INMET	Reunião para finalizar a decisão sobre as bases de dados que serão publicadas. Novamente não houve representação do INMET.
14/07/2016	Reunião DGE/BINAGRI/SIC/Ouvidoria/CGTI	Reunião para finalizar a decisão sobre as bases de dados que seriam incluídas no PDA.

16/08/2016	Reunião DGE/SIC/BINAGRI/CGTI	Reunião para finalizar o documento do PDA. Como pauta teve: Prazo para publicação do PDA expirado em 11/7/16, conforme art. 9º do Dec. 8777/16; Publicação sem INMET / Câmaras Setoriais / SRI; Inclusão do Plano de Comunicação no Plano de Ação do PDA; Prazos para abertura do Thesagro, Sislegis e SDM Ouvidoria e Discussão sobre a minuta da portaria.
	SEI Nº 21000.040264/2016-41	É aberto um processo SEI para solicitar a participação do INMET no PDA.
25/08/2016	Reunião DGE/SIC/BINAGRI/ Diretoria de Programas-SE	Apresentação da versão final do PDA
26/08/2016	SEI Nº 21000.040264/2016-41	O INMET envia as informações das bases de dados para inclusão no PDA.
06/09/2016	Reunião DGE/SIC/BINAGRI/ACS	Apresentação da versão final do PDA para a ACE
09/09/2016	SEI 21000.044375/2016-27	É criado um processo SEI para a aprovação da Minuta da portaria de criação do PDA do MAPA.
02/12/2016	Portaria/MAPA n. 258 de 24 de novembro de 2016	É publicado no Boletim de Pessoal e Serviços Extraordinário do MAPA, nº 126, de 02/12/2016, a Portaria de criação do PDA do MAPA.
06/01/2017	SEI 00190.110935/2016-89	É solicitado pelo DA o encaminhamento de um e-mail para a CGU, conforme o Ofício-Circular nº 1055/2016/STPC-CGU, sobre os dados do PDA do MAPA.
13/03/2017	Reunião ACE/SPA/DA/ CGTI/BINAGRI	Reunião realizada para iniciar a publicação dos dados. Foi apresentado um fluxograma sugerido pela equipe da BINAGRI. Nesta reunião definiu-se que a BINAGRI acompanharia a atualização dos dados do PDA. Buscou-se definir o ambiente no portal do MAPA para os dados abertos bem como seu Layout com a ACE para inclusão dos arquivos do Thesagro e do Zoneamento Rural.
15/03/2017	Reunião DA/BINAGRI/SIC/ACE	Reunião para dar andamento a disponibilização do PDA bem como dos arquivos na página do MAPA. Falou-se da possibilidade de usar o CKAN, <i>Comprehensive Knowledge Archive Network</i> , que é um sistema de depósito e gerenciamento de dados e da necessidade de alimentar o Portal de Dados Abertos.

		Uso recomendado pelo Ministério do Planejamento.
27/04/2017		Definição do processo interno de publicação dos dados abertos. Após sucessivos alinhamentos, foi definido o processo interno de publicação com o envolvimento dos vários atores participantes do processo (Binagri, ACE, Área de negócios, CGTI).
09/05/2017	Dados Abertos do MAPA	Foi criada a página dos Dados Abertos do MAPA com a finalidade de divulgar o PDA publicado no Boletim de Pessoal e Serviços Extraordinário do MAPA, nº 126, de 02/12/2016.
	Publicação do THESAGRO	Divulgação das primeiras bases do PDA 2016-2017, com a disponibilização dos arquivos.
	Publicação do Zoneamento Agrícola	
29/06/2017	Reunião SE/Ouvidoria/SIC/BINAGRI/COSIS/CGTI/SDA	Reunião para definir a resposta para o ofício enviado pela CGU no Processo SEI 21000.026775/2017-31. Foi verificada a indisponibilidade de divulgação da Plataforma de Gestão Agropecuária - PGA pois, além de ser uma base incompleta, o MAPA não é proprietário de todas as bases envolvidas na alimentação. Foi solicitado também um treinamento com a equipe sobre o CKAN.
07/07/2017	Reunião BINAGRI/SPA/CGTI/SIC	Reunião realizada para resolver a disponibilidade dos dados do Seguro Rural.
11/07/2017	Reunião BINAGRI/SDA	Reunião sobre a inclusão do SIGSIF no Plano de dados abertos do MAPA de 2018-2019
19/07/2017	Apresentação do CKAN	Por orientação do Ministério do Planejamento a BINAGRI apresentou a plataforma CKAN para a equipe da CGTI.
25/07/2017	Sistemas MAPA	A BINAGRI encaminha e-mail para CGTI solicitando informações referentes os gestores dos sistemas mais demandados, tendo em vista a utilização do CKAN
27/07/2017	Atividades do CKAN	Na última reunião sobre o CKAN ficou acordado entre as áreas que a CGTI iria realizar 4 tarefas:

		<ul style="list-style-type: none"> • Disponibilização da funcionalidade de carregar o arquivo; • Instalação do plug-in que permite a pré-visualização dos documentos; • Configuração do protocolo SMTP para envio de e-mails; <p>Verificar a funcionalidade de integração do CKAN com o portal de dados abertos para alimentação automática do portal.</p>
08/08/2017	Diagnóstico Bases de Dados MAPA	A equipe da BINAGRI elaborou formulário na ferramenta Google Forms que foi enviado para as Secretarias do MAPA. Porém não alcançou o objetivo de realizar o levantamento necessário, pois obteve apenas 3 respostas.
09/10/2017	Reunião CKAN/ Ministério do Planejamento	Os representantes do Ministério do Planejamento esclareceram as dúvidas relacionadas ao uso do CKAN, e ficou decidido realizar a migração dos dados do MAPA para plataforma. Foram sanadas dúvidas em relação as bases de dados que não seriam publicadas pelo MAPA, e este órgão foi orientado a justificar e inserir esta informação no próximo PDA.
31/10/2017	Criação do CKAN/MAPA	Mesmo faltando oficializar a URL do CKAN, a equipe da BINAGRI incluiu as bases de dados no IP: 192.168.2.126
17/11/2017	Reunião de detalhamento	Pauta: <ul style="list-style-type: none"> • Indicar para a CGU a evolução e o andamento do PDA do MAPA • Funcionalidades do CKAN • INMET e outras bases que não foram disponibilizadas no PDA 2016/2017
17/11/2017	Contato entre o Diretor de Programas da Secretaria Executiva e Coordenador Geral da CGTI.	O Diretor de Programas da Secretaria Executiva solicitou apoio ao Coordenador Geral da CGTI em relação a publicação das bases do INMET que não haviam sido publicadas. Solicitou ainda apoio técnico para implantação do CKAN no ambiente MAPA.
20/11/2017	Resposta técnica do ATI/MAPA ao Diretor de Programas da Secretaria Executiva.	O ATI/MAPA esclareceu que a publicação dos dados no site de dados abertos do governo federal independe de um CKAN próprio do MAPA com isso, a BINAGRI inclui as bases diretamente no dados.gov.br

6. BASES DE DADOS DO PDA 2016-2017

NOME DA BASE	DESCRIÇÃO	Link/Catálogo origem	UNIDADE RESPONSÁVEL	PERIODICIDADE	PUBLICAÇÃO
Seguro Rural	A base consolida dados a respeito de apólices do Seguro Rural.	http://www.agricultura.gov.br/dadosabertos/segurorural	Coordenação-Geral de Seguro Rural – CGSEG/DGRR/SPA	Anual	Abr./2017
Zoneamento Agrícola de Risco Climático	A base consolida as informações das portarias que especificam os períodos do ano e regiões do país que estão aptas ao plantio ordenado e com menor risco climático de perdas nas lavouras.	http://www.agricultura.gov.br/dadosabertos/risco	Coordenação-Geral de Risco Agropecuário – CGRA/DGRR/SPA	Anual	Dez./2016
Thesagro	Único Thesaurus brasileiro especializado em literatura agrícola utilizado para indexação e recuperação dos documentos, desenvolvido segundo diretrizes da UNESCO.	http://www.agricultura.gov.br/dadosabertos/thesagro	Biblioteca Nacional de Agricultura – Binagri/SE	Semestral	Dez./2016
Sislegis	Fonte de consulta à Legislação, disponibilizando acervo em meio digital, recuperando textos legais atualizados, relacionados aos assuntos abordados no âmbito do Ministério.	http://www.agricultura.gov.br/dadosabertos/sislegis	Biblioteca Nacional de Agricultura – Binagri/SE	Diária	Dez./2016
SDM Ouvidoria	Manifestações recebidas pela Ouvidoria MAPA.	http://www.agricultura.gov.br/dadosabertos/segurorural	Ouvidoria/SE	Mensal	Dez./2016
Plataforma de Gestão Agropecuária - PGA	A PGA é um sistema público informatizado responsável pelo acompanhamento da gestão de trânsito animal e vegetal, da rastreabilidade	http://www.agricultura.gov.br/dadosabertos/pga	Coordenação Geral de Articulação Institucional – CGAI/SDA	Trimestral	Dez./2016

	animal e da inspeção e da fiscalização de produtos de origem animal.				
	Os dados são enviados pelas 27 unidades federativas, seja utilizando a própria PGA como ferramenta de Gestão de Trânsito, seja utilizando sistemas próprios e enviando os dados, via webservice, para Base de Dados da PGA.				
	Disponibiliza, ainda, relatórios e informações sobre a agropecuária brasileira, como a quantidade de animais por unidade da Federação (estados e municípios).				
Dados Meteorológicos	Leitura da medição da temperatura instantânea, mínima e máxima; umidade, ponto orvalho, pressão atmosférica, velocidade do vento, radiação solar, pluviometria nas estações meteorológicas automáticas e convencionais por todo o país	http://www.inmet.gov.br/portal/index.php?r=informacoes/cartaProdutoServicoCidadaoView&id=9	INMET	Mensal	Nov./2016

7. BASE DE DADOS PUBLICADAS

7.1 Segue abaixo os passos do processo de publicação dos Dados Abertos nos Portais do MAPA, descrevendo atividade e responsável, recomendado pela CGTI e validado pela BINAGRI em 27/03/2017:

Atividade	Responsável
1. Definir quais informações da Base de Dados do sistema serão publicadas.	Área de Negócio
2. Criar processo no SEI com Memorando solicitando: 2. Geração de arquivo conforme definido no item 1.	
2. Acesso de escrita na pasta compartilhada de Dados abertos na rede. (<u>\\MASRV208\Dados_Abertos\Bases de dados\NOME DOSISTEMA</u>)	Área de Negócio

3. Disponibilizar arquivo conforme item 2., no formato Excel na pasta compartilhada, e conceder acesso à referida pasta. Em seguida, informar à área de negócio.	CGTI
4. Validar os dados contidos no arquivo e comunicar à CGTI.	Área de Negócio
5. Exportar Dados para formato CSV na pasta (XXXXXXXXXXXXXX) e informar à área de negócio.	CGTI
6. Efetuar o upload do arquivo CSV no Portal MAPA. (http://www.agricultura.gov.br/aceso-a-informacao/dadosabertos)	Área de Negócio
7. Efetuar registro da base de dados no Portal de Dados Abertos. (http://dados.gov.br/dataset?organization=ministerio-da-agricultura-pecuaria-e-abastecimento-mapa&q=agricultura)	BINAGRI ou área de negócio.

Acesse abaixo a lista de dados abertos por tema:

Thesagro

- Base de dados Thesagro (xml)
- Metadados (doc)

Zoneamento Agrícola de Risco Climático

- Base de dados Zoneamento Agrícola (csv)
- Metadados (doc)

Controle da Produção de Sementes e Mudanças

- SIGEF - Controle da Produção de Sementes e Mudanças - Indicadores

Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural

- Base de dados SISSER - Sistema de Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural (csv)
- Base de dados SISSER - Sistema de Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural (xls)
- Metadados (Doc)

7.2.THESAGRO

O Thesagro foi o primeiro sistema a ser disponibilizado, inicialmente houve uma dificuldade de realizar a migração dos dados no sistema Tematres. Em seguida foi realizado um contato com o responsável pela manutenção deste Sistema em que foi orientado para a área de negócio a forma que deve ser migrado os dados brutos. Os dados do Thesagro foram disponibilizados em formato abertos no dia que foi criado a Página de Dados Abertos do MAPA, 09/05/2017.

Título: Thesaurus Agrícola Nacional (Thesagro)

Descrição: A Base de dados do Thesagro é um vocabulário controlado que apresenta termos autorizados para indexação e apresenta estrutura de relação de equivalência hierárquica e associativa.

Responsável: Biblioteca Nacional de Agricultura (Binagri)

Endereço: <http://www.agricultura.gov.br/aceso-a-informacao/dadosabertos>

Formato: XML

7.3.ZONEAMENTO AGRÍCOLA

É um sistema cuja a responsabilidade é da Secretaria de Política Agrícola- SPA, o Zoneamento agrícola foi indicado no PDA por uma equipe designada pela SPA. No momento de seleção das bases a serem disponibilizadas havia uma equipe na SPA responsável por dar o suporte necessário para a equipe de dados abertos, porém quando se deu a implantação de fato, a equipe já havia sido desestruturada e já não fazia parte do escopo daquela secretaria. Um membro que compunha a antiga equipe da SPA, Luisa Teixeira Puppim Gonçalves, se disponibilizou em buscar os dados referidos no PDA 2016-2017, para que aquela Secretaria pudesse cumprir a meta estabelecida.

Título: Tábua de Risco – Zoneamento Agrícola de Risco Climático

Descrição: Os dados referem-se aos períodos de plantio que constam nas Portarias de Zoneamento Agrícola de Risco Climático divulgadas pela Secretaria de Política Agrícola.

Responsável: Secretaria de Política Agrícola

Endereço: <http://www.agricultura.gov.br/aceso-a-informacao/dadosabertos>

Formato: CSV

7.4.SEGURO RURAL

Os dados que compõem este sistema tiveram que passar por uma revisão dos campos para serem selecionados e publicados, pois no sistema existiam dados brutos que são classificados como dados sigilosos por sua natureza, tais como CPF, nome do cidadão, entre outros. Por isso foi realizado um novo contato, com a nova equipe designada para acompanhar os trabalhos dos dados abertos, para efetivar as ações para a publicação dos dados abertos.

Título: Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural - Sisser **Descrição:** O SISSER é utilizado na operacionalização do Prêmio Seguro Rural, através de troca de informações entre o MAPA e as seguradoras habilitadas no programa.

Responsável: Departamento de Gestão de Riscos da Secretaria de Política Agrícola

Endereço: <http://www.agricultura.gov.br/aceso-a-informacao/dadosabertos>

Formato: XML.

8.BASE DE DADOS NÃO PUBLICADAS

8.1 PLATAFORMA DE GESTÃO AGROPECUÁRIA (PGA)

- Justificativa para seleção

A base de dados da Plataforma PGA foi apresentada como sendo uma integração de dados nacionais oriundos de diversos sistemas do MAPA.,. Diante da importância dos dados da Plataforma para o MAPA, a equipe previu que seria uma base muito demandada, podendo ser útil e abrangente para a sociedade.

- Inclusão oficial no PDA

A reunião com a equipe da Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA foi realizada em 22/06/2016, tendo sua inclusão no PDA definida em 25/08/2016.

- Problema ao implementar

Na oportunidade de buscar sua publicação, foi informado na reunião do dia 29/06/2017 que a PGA está em fase experimental e depende da contribuição voluntária dos estados para sua alimentação. Sendo uma base incompleta, não é possível efetuar sua disponibilização para a sociedade.

8.2.DADOS METEOROLÓGICOS

- Justificativa para seleção:

O plano de trabalho da Alocação de Analistas em Tecnologia da Informação (ATI), datado em 08/01/2016, contempla projetos que devem ser executados pelo MAPA e Instituto Nacional de Meteorologia (INMET). Sendo assim, pela relevância da demanda de dados sobre o clima e o vínculo do órgão com o Plano de Trabalho, vê-se a sua importância de inclusão no PDA.

- Inclusão oficial no PDA.

Diante de várias tentativas para a publicação da relevante base de dados para a sociedade, em 16/08/2016, o MAPA solicitou ao INMET, através do SEI Nº 21000.040264/2016-41, os metadados e a matriz de responsabilidade. O MAPA obteve como resposta, no dia 26/08/2016, os metadados necessários para sua inclusão no PDA 2016/2017, concluindo-se assim que era de interesse do INMET participar.

- Problema ao implementar.

Para a disponibilização dos dados, a equipe da BINAGRI entrou em contato com o representante do INMET no dia 14/06/2017 a fim de solicitar os arquivos que seriam disponibilizados no portal de dados abertos do MAPA, tendo sido informado que os “dados” estariam no Portal do órgão e poderiam ser extraídos pelo público externo. Na tentativa de extrair os dados, a equipe constatou que devido à complexidade e ao grande número de “dados” disponíveis, o processo de migração deveria ser automatizado.

Diante do exposto, a CGTI foi acionada para auxiliá-los na migração dos dados, conseguindo assim cumprir a meta do PDA. A CGTI informou, por e-mail no dia 16/06/2017, que realiza a gestão dos dados armazenados pelos sistemas do MAPA e que não possui acesso à base de dados dos sistemas do INMET. Além disso, foi informado que o INMET possui meta própria relacionada à implementação do PDA, conforme tabela abaixo extraída do Plano de Trabalho dos ATIs 2017:

ID	Pilar da EGD	Meta	Responsável
MAPA14	Acesso à Informação	Implementar o PDA em conformidade com o plano de ação do órgão. Decreto 8.777/16.	INMET

A CGTI ainda recomendou que diante da dificuldade apresentada, a equipe entrasse em contato com gestor do Leonardo, Sr. José Mauro, (jmauro.rezende@inmet.gov.br) para lembrá-lo dos prazos, possibilidade real de perda de ATIs, dentre outros fatores que podem implicar na não execução do Plano de Trabalho.

8.3.SISLEGIS

- Justificativa para seleção:

A equipe da BINAGRI informou que o Sislegis não estava sendo atualizado na época, mas que havia a previsão de um breve retorno. A equipe a frente da elaboração do PDA esclareceu que o MAPA tinha a obrigatoriedade de publicar no mínimo 75% das bases listadas. Sendo assim, pela grande demanda do Sistema e pela previsão de retorno da base, decidiu-se incluir como uma base incerta de publicação.

- Inclusão oficial no PDA.

A inclusão do Sistema de Legislação foi definida na reunião do dia 14/07/2016, com a apresentação e validação dos metadados e da matriz de responsabilidade da equipe da BINAGRI.

- Problema ao implementar.

Havia uma grande expectativa de que o Sistema de Legislação do MAPA seria atualizado e disponibilizado para o cidadão, porém o serviço foi descontinuado a partir do dia 06/04/2015. E de acordo com os preceitos do Decreto nº 8.777/2016 em seu art. 3º incisos III, VI e VII:

“Art.3º A Política de Dados Abertos do Poder Executivo federal será regida pelos seguintes princípios e diretrizes:
(...)

III - descrição das bases de dados, com informação suficiente para a compreensão de eventuais ressalvas quanto à **sua qualidade e integridade**;

(...)

VI- Atualização periódica, de forma a garantir a perenidade dos dados, a padronização de estruturas de informação e o valor dos dados à sociedade e atender às necessidades de seus usuários; e

7. - **designação clara de responsável pela publicação, atualização, evolução e manutenção de cada base de dado aberta, incluída a prestação de assistência quanto ao uso de dados.**”

(grifo nosso)

8.4.SDM-OUVIDORIA

- Justificativa para seleção:

A equipe da Ouvidoria buscou uma forma de disponibilizar dados gerais de atendimento, filtrando qualquer dado com sigilo.

- Inclusão oficial no PDA.

Juntamente com a equipe da BINAGRI, a base de dados da Ouvidoria foi aprovada com os metadados e matriz de responsabilidade na reunião do dia 14/07/2016.

- Problema ao implementar.

Analisando a base de dados para publicação, a equipe da Ouvidoria concluiu que era inviável a publicação, justificando no Processo SEI de N° 21000.026864/2017-88: “Após exaustiva consulta realizada junto às demais Ouvidorias públicas do Poder Executivo Federal, constatou-se que nenhuma delas disponibilizará as bases de dados para consulta aberta devido a uma exceção expressa à publicidade das bases de dados, quando o órgão não franqueará acesso aos cidadãos, de forma aberta, aos dados produzidos ou acumulados, por recair uma vedação expressa de acesso. (Art. 1º inciso III do Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016 III - franquear aos cidadãos o acesso, de forma aberta, aos dados produzidos ou acumulados pelo Poder Executivo federal, sobre os quais não recaia vedação expressa de acesso).

9.RECOMENDAÇÕES

Diante do exposto nesta Nota Técnica, o Núcleo Gestor apresenta as seguintes recomendações:

1. Envolvimento da Assessoria de Comunicação e Eventos – ACE: Envolvimento direto com processo, incluindo campanhas internas de sensibilização e externas de divulgação;
2. Revisão do fluxo de trabalho: Devido ao envolvimento de várias unidades do Ministério, existe uma complexidade acerca do processo de trabalho que envolve desde a sensibilização das áreas gestoras dos sistemas até a publicação dos dados dos sistemas do MAPA no portal de Dados Abertos do Governo Federal
3. Indicação de base de dados pelo SIC: Por ser um canal de interação direta com as demandas do cidadão, o SIC tem competência para informar ao Núcleo Gestor a relação de bases de interesse da sociedade. Entretanto, a inclusão das bases de dados no PDA de 2018/2019, deve ser decidido em conjunto entre o Núcleo Gestor e as áreas de negócio, proprietárias das bases de dados.
4. Definição dos critérios de avaliação: as bases de dados a serem disponibilizadas devem ser avaliadas a partir de critérios estabelecidos. Esta foi a maior dificuldade encontrada, e, o que levou ao cumprimento de apenas 43% das bases de dados previstas para implementação do PDA, apesar dos esforços empreendidos, conforme demonstra essa Nota Técnica.
5. Atualização da Portaria, considerando o Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016, com a adequação do Núcleo Gestor e revisão do fluxo: Criar um comitê, o qual será composto por no mínimo 02 (dois) representantes de cada Secretaria do

MAPA.

6. Atualização e utilização da pasta compartilhada de Dados Abertos: A pasta visa aperfeiçoar a gestão do conhecimento para futuros usuários.

10.CONCLUSÃO

Durante o processo de implementação ficaram evidenciadas as dificuldades enfrentadas pelo Núcleo Gestor do PDA e até mesmo das unidades do MAPA, gestores de negócio e responsáveis pelos sistemas, em proceder o desenvolvimento das atividades necessárias para a publicação do plano de Dados Abertos 2016-2017, de forma completa.

Os obstáculos recaíram principalmente sobre o conhecimento do funcionamento das bases de dados dos sistemas a serem disponibilizados, onde também pode ser observado que esses sistemas possuem características que contemplam particularidades e complexidades atreladas às suas áreas de negócio. Destaca-se que o SIC trabalha com transparência ativa, ou seja, lida com informação, que por conceito é um dado trabalhado. Baseia-se na solicitação de informação para o devido fornecimento de resposta ao cidadão. O PDA tem como objetivo disponibilizar **dados brutos** produzidos pelo governo e registrados em uma base de dados. A CGTI possui a competência para atuar no esclarecimento de dúvidas sobre a migração e disponibilização de dados, entretanto, essas ações demandam também um envolvimento e colaboração por parte das demais áreas/equipes que fazem parte do processo, que, com o trabalho em conjunto tornará possível atingir o nível de maturidade suficiente para que o MAPA disponibilize as informações/dados com a responsabilidade e segurança necessárias.

Sendo assim, é imprescindível a criação de um comitê integrado com atribuições mais objetivas para uma amplitude maior da representação institucional que permitirá a elaboração do PDA 2018-2019 em bases realistas, com metas discutidas e aceitas pelas unidades envolvidas, carecendo também de um programa de sensibilização das unidades do MAPA que em conjunto possa atuar no perfeito desenvolvimento desse canal, que visa uma maior transparência com a divulgação dos dados e informações de interesse do cidadão, de forma atualizada e confiável.



Documento assinado eletronicamente por **KELLY LEMOS DA SILVA, Chefe de Serviço**, em 22/03/2018, às 10:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **DANIEL MONTSERRAT BARBACENA DE OLIVEIRA, Coordenador(a)**, em 22/03/2018, às 10:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARIANA GIUBERTTI GUEDES GREENHALGH, BIBLIOTECARIO**, em 22/03/2018, às 10:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **NEUZA ARANTES SILVA, Coordenador (a)**, em 22/03/2018, às 10:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **FABIO VIEIRA DE SOUZA, Agente Administrativo**, em 22/03/2018, às 10:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **GUSTAVO PEREIRA DA SILVA FILHO, Diretor de Programa**, em 22/03/2018, às 11:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **FAGNER FERREIRA FORTALEZA, Chefe de Divisão**, em 22/03/2018, às 13:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **VALERIA MARIA SIQUEIRA BEZERRA, Coordenador(a) de Governança e Informação**, em 23/03/2018, às 08:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Documento assinado eletronicamente por **MAURICIO MARINHO FORMIGA, Analista em Tecnologia da Informação**,



em 23/03/2018, às 09:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sistemas.agricultura.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4296756** e o código CRC **0476BC80**.